

# A RESOLUÇÃO CNE Nº 04/2024 SOB A PERSPECTIVA DO NEOLIBERALISMO: DESVELANDO CONTRADIÇÕES E DISPUTAS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO ENSINO SUPERIOR

Fernanda de Souza Lopes <sup>1</sup>  
Henri Luiz Fuchs <sup>2</sup>

## RESUMO

O presente artigo tem como propósito analisar a influência do neoliberalismo na elaboração da Resolução CNE nº 04/2024, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Básica. Parte-se do entendimento de que tal normativa, formulada majoritariamente por representantes de conglomerados privados de ensino, expressa a lógica neoliberal ao regulamentar a formação docente, priorizando pautas mercadológicas em detrimento da dimensão pública e emancipatória da educação. A pesquisa, de natureza qualitativa e bibliográfica, ancora-se em referenciais teóricos críticos ao avanço do neoliberalismo no campo educacional, especialmente nas contribuições de Laval (2016, 2019), Dardot (2016), Felipe (2025), Morgan (2022, 2024) e Mocarzel (2024). Também foi realizada uma análise documental da Resolução 04/2024 e de documentos relacionados ao Conselho Nacional de Educação, com o intuito de identificar vínculos entre membros do conselho e instituições privadas, bem como compreender os efeitos dessa normatização no processo formativo dos futuros professores. A análise documental, qualitativa, com base nos documentos normativos, foi perscrutada a fim de apontar caminhos investigativos de aprofundamento, permitindo evidenciar como a racionalidade neoliberal se materializa nas políticas de formação docente e contribui para a mercantilização da educação pública. Foi possível identificar vínculos, atuais ou pregressos, entre ao menos metade dos membros do Conselho Nacional de Educação com instituições privadas de ensino superior, organizações empresariais ou grupos intermediários que historicamente influenciam a agenda educacional brasileira, evidenciando o predomínio de interesses mercadológicos na educação, em contraposição aos seus fundamentos democráticos e emancipatórios. Nessa perspectiva, a educação é transformada em mercadoria, tornando-se uma oportunidade de investimento e um instrumento de diretriz política e técnica, o qual transverte a formação docente a tecnicismos e o professor a um aplicador de métodos, tendo seu trabalho medido por metas e planilhas.

**Palavras-chave:** Formação De Professores, Neoliberalismo, Resolução CNE/CP 04/2024, Diretrizes Curriculares De Formação De Professores, Currículo.

## INTRODUÇÃO

A formação de professores no Brasil é atravessada por disputas políticas e ideológicas que expressam diferentes projetos de sociedade e de educação. Nas últimas décadas, esse

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande Do Sul - IFRS, lopes3634@gmail.com

<sup>2</sup> Doutor em Educação pela Unilasalle - Canoas, henri.fuchs@bento.ifrs.edu.br



campo tem sido profundamente impactado pelo avanço do neoliberalismo, que introduz uma racionalidade orientada pela lógica de mercado, pela competitividade e pela eficiência, redefinindo o papel das políticas públicas educacionais e da própria educação superior.

Nesse cenário, a Resolução CNE nº 04/2024, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial de professores da educação básica, emerge como uma expressão dessa reconfiguração, evidenciando a crescente influência de interesses privados e de concepções mercadológicas na organização da formação docente. Diante disso, este estudo tem como objetivo analisar de que maneira essa resolução incorpora e expressa a lógica neoliberal, especialmente ao considerar sua formulação por representantes vinculados a conglomerados privados de ensino e seus impactos na constituição do processo formativo dos futuros professores. A relevância da análise reside na necessidade de compreender como tais diretrizes contribuem para a redefinição de noções como qualidade, competência e eficiência, ao mesmo tempo em que podem esvaziar o caráter político, crítico e emancipatório da educação. Assim, busca-se examinar tanto a composição do Conselho responsável pela elaboração da normativa quanto os efeitos concretos dessa regulamentação, situando-os em um contexto mais amplo de mercantilização do ensino superior e de enfraquecimento da participação democrática na definição das políticas educacionais.

## **METODOLOGIA**

Partindo da concepção de Gil (2002, p. 17), “A pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não pode ser adequadamente relacionada ao problema”. Assim, tal perspectiva sustenta a necessidade do presente estudo, visto que a temática “influência do neoliberalismo na Resolução CNE nº 04/2024 na formação de professores no ensino superior brasileiro” ainda carece de sistematização teórica e crítica. A pesquisa será realizada através de uma abordagem bibliográfica, levando em consideração que esta, por sua vez, permite dialogar com contribuições teóricas consolidadas, fundamentando o presente documento de forma crítica e consistente. Segundo Severino (2007, p. 122), a pesquisa bibliográfica é realizada a partir do

[...] registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos.



De tal forma, pode-se afirmar que a pesquisa bibliográfica exige a investigação de documentos, como livros, artigos, teses e outros, de modo que colaborem com o desenvolvimento da pesquisa. Além disso, a investigação também tem abordagem qualitativa, que caracteriza-se pelo enfoque interpretativo. Segundo Paulilo (1999), a pesquisa qualitativa

[...] trabalha com valores, crenças, hábitos, atitudes, representações, opiniões e adequa-se a aprofundar a complexidade de fatos e processos particulares e específicos a indivíduos e grupos. A abordagem qualitativa é empregada, portanto, para a compreensão de fenômenos caracterizados por um alto grau de complexidade interna (Paulilo, 1999, p. 135).

A pesquisa qualitativa busca, dessa maneira, compreender as complexidades das relações humanas, bem como as crenças e os valores que as atravessam, a fim de interpretar e explicar os fenômenos sociais em sua profundidade.

A pesquisa será ancorada em um conjunto de referenciais teóricos que problematizam o avanço do neoliberalismo no campo educacional, bem como, seus efeitos sobre as políticas públicas de formação docente. A partir desses referenciais, busca-se analisar e compreender como a Resolução CNE nº 04/2024 expressa a lógica neoliberal ao regulamentar a formação de professores. Para tanto, também será realizada uma análise documental da própria resolução, além de documentos como pareceres, relatórios e registros públicos da composição e decisões do Conselho Nacional De Educação, buscando analisar a influência das empresas e fundações educacionais na elaboração da Resolução, identificando vínculos institucionais entre os conselheiros e conglomerados de ensino privados do nosso país, bem como interpretar o discurso normativo à luz da racionalidade neoliberal. Pretende-se, por fim, examinar os impactos da resolução no processo formativo dos futuros docentes.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

A base teórica que apoiará o presente trabalho critica o avanço do neoliberalismo no campo educacional brasileiro, em especial no que diz respeito à formação de professores e a crescente influência de fundações privadas e grupos empresariais nas políticas públicas. Tais referências permitem compreender a Resolução CNE nº 04/2024 como um produto de um projeto político de reconfiguração do papel do Estado e da educação pública, orientado por valores de mercado, competitividade e eficiência.

Pierre Dardot e Christian Laval, na obra *A Nova Razão do Mundo - Ensaio Sobre a Sociedade Neoliberal* (2016), indicam que o neoliberalismo consiste numa reformulação do liberalismo clássico que exige uma atuação ativa do Estado para produzir e garantir condições de concorrência. O neoliberalismo busca “desenvolver e purificar o mercado concorrencial



por um enquadramento jurídico cuidadosamente ajustado” (Dardot; Laval, 2016, p. 69). Trata-se, portanto, de um projeto que reorganiza a vida social segundo o princípio da competição, deslocando o eixo do liberalismo para fazer da concorrência “o princípio central da vida social e individual” (Dardot; Laval, 2016, p. 70). Nessa racionalidade, o Estado intervém para criar ambientes competitivos, moldar comportamentos e transformar o próprio sujeito em nome de um esforço contínuo de adaptação às exigências econômicas.

No campo educacional, o objetivo é “transformar as famílias em ‘consumidoras de escola’ e introduzir a concorrência entre os estabelecimentos escolares” (Dardot; Laval, 2016, p. 225). Essa diretriz institui deliberadamente um “mercado escolar”, que orienta reformas educacionais em diversos países e aprofunda a fragmentação dos sistemas, a competição entre instituições e a diferenciação das experiências de escolarização de acordo com as classes sociais. De tal forma, perde-se a concepção de educação como direito social ou projeto coletivo, sendo essa, por sua vez, entendida como um serviço, submetendo-se à lógica empresarial de eficiência, produtividade, escolha e responsabilização individual. A política educacional neoliberal integra um esforço mais amplo de “fazer com que os indivíduos se tornem ativos, empreendedores, ‘protagonistas de suas escolhas” (Dardot; Laval, 2016, p. 226), deslocando responsabilidades do Estado para o sujeito e reforçando desigualdades já existentes, redefinindo o próprio sentido social do ato educativo.

A pesquisadora Eliana da Silva Felipe (2025) em seu artigo “Privatização e filantropia na formação continuada de professores da educação básica: como pensa e atua a Associação Bem Comum”, aponta para a presença de organizações privadas como a Fundação Lemann e o Instituto Natura, que junto a outras instituições privadas, formam a Associação Bem Comum que consolida um modelo de “governança em rede”, o qual mistura interesses públicos e privados sob uma retórica de eficiência, legitimando práticas de filantropização e privatização na gestão da formação docente. Tais redes de influência empresarial na educação também são identificadas pela pesquisadora Karine Vichiatt Morgan (2022), que analisa a atuação da Fundação Itaú Social na produção e difusão de conhecimentos em educação. Sua pesquisa evidenciou como as fundações empresariais se apresentam como agentes de formulação de políticas, ocupando o espaço público e articulando um discurso tecnocrático que associa a qualidade educacional à lógica da gestão privada. Morgan mapeou conexões entre agentes públicos e privados, demonstrando que tais instituições operam a partir de um projeto político e ideológico que naturaliza a desigualdade estrutural, deslocando o foco das causas sociais dos problemas educacionais para soluções de cunho individual e mercadológico.



Além disso, o estudo de Karine Vichiatt Morgan e Marcelo Mocarzel (2024) amplia essa análise ao passo que investiga a rede de relações entre o setor bancário e a educação pública brasileira ao identificar, a partir da análise de redes sociais, a existência de uma teia orgânica de conexões entre o Itaú Social, o Instituto Unibanco e a Fundação Bradesco, revelando 410 elos relacionais que articulam esses agentes em torno de pautas comuns e de um discurso de eficiência e inovação educacional. Essa capilaridade evidencia como as ações de filantropia empresarial constituem estruturas organizadas de poder e influência que atuam na formulação e disseminação de políticas educacionais, moldando agendas públicas segundo interesses privados. Tal constatação reforça a compreensão de que o avanço do neoliberalismo na educação se dá também por meio de redes corporativas que se infiltram nas instâncias decisórias e nos discursos pedagógicos, legitimando a privatização sob a aparência de compromisso social.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir do diálogo entre tais autoras e autores, é possível compreender a Resolução CNE nº 04/2024 como um desdobramento do projeto neoliberal de educação. O documento reafirma princípios já presentes nas diretrizes de formação dos professores de 2019, como a ênfase em competências, produtividade e resultados mensuráveis, ao mesmo tempo em que esvazia a dimensão política e emancipatória da educação. Nesse sentido, a própria resolução estabelece que a formação docente deve garantir

“a presença de sólida formação que propicie o conhecimento dos fundamentos epistemológicos, técnicos e ético-políticos das ciências da educação e da aprendizagem e que permita ao futuro profissional do magistério o desenvolvimento das capacidades de análise e reflexão sobre as práticas educativas e sobre a progressão e os processos de aprendizagem e o aprimoramento constante de suas competências de trabalho” (Resolução CNE/CP nº 04/2024, p. 3).

Além disso, a resolução também enfatiza a necessidade de aprimoramento constante das práticas docentes, elemento recorrente nas políticas educacionais orientadas pela racionalidade neoliberal. Nesse modelo, espera-se que o professor esteja permanentemente aperfeiçoando suas competências e adaptando suas práticas às demandas institucionais e às transformações do sistema educacional. No entanto, embora a normativa destaque a importância da melhoria contínua da prática pedagógica, ela não apresenta garantias concretas de políticas públicas que subsidiem esse processo formativo, como investimentos estruturais, programas institucionais de formação ou condições materiais adequadas para tal desenvolvimento. O aprimoramento profissional, portanto, tende a ser deslocado para o plano



individual, ficando a cargo do próprio docente buscar sua qualificação contínua, o que transfere ao sujeito uma responsabilidade que deveria ser assumida pelo poder público e suas políticas educacionais. Esse movimento pode ser observado também no parecer que fundamenta a resolução, no qual se afirma que:

“[...] b) Práticas de excelência em sala de aula. Os programas de formação inicial devem fornecer amplas oportunidades para os futuros professores praticarem o ensino em situações reais de sala de aula. Isso inclui estágios, regências, observações em sala de aula e envolvimento em projetos educacionais concretos e organizados por temas e com foco no desenvolvimento de cada conhecimento profissional docente. c) Práticas formativas que favoreçam a relação orgânica entre teoria e prática. É essencial que os programas de formação inicial promovam uma conexão sólida entre teoria e prática. Os estudantes devem ser incentivados a refletir sobre suas práticas e a aplicar os conhecimentos teóricos em contextos reais de ensino, o que pode ocorrer por meio de diários reflexivos, registros de aulas, análises de casos de ensino e outras estratégias que promovam a autorreflexão e a tomada de consciência do próprio percurso formativo do(a) licenciando(a)” (Parecer CNE/CP nº 4/2024, p. 16).

A ênfase na prática constante, na autorreflexão e na melhoria contínua do desempenho docente mostra uma concepção de formação baseada na responsabilização individual e na adaptação permanente do professor às demandas do sistema educacional. Tal perspectiva aproxima-se da lógica neoliberal que, conforme discutido por Laval (2019), tende a reorganizar instituições e sujeitos segundo princípios de desempenho, eficiência e gestão, convertendo a educação em um campo regulado por métricas de produtividade e aperfeiçoamento contínuo do trabalhador docente.

A própria composição dos membros Conselho Nacional de Educação, os quais elaboraram a resolução também expressa o avanço dessa racionalidade. A análise foi realizada a partir de dados levantados no site do CNE, bem como nos currículos Lattes dos conselheiros e em seus sites profissionais. A partir dos dados coletados, identificou-se que ao menos metade dos 24 membros do CNE possui vínculos institucionais com o setor privado, presentes ou progressos, seja por meio de atuação em fundações empresariais, associações de mantenedoras, conglomerados educacionais ou organizações do chamado “terceiro setor” que incidem diretamente na educação pública, indicando a presença estruturada de interesses privados no interior de um órgão responsável por normatizar a formação docente em âmbito nacional.

Entre os casos mais relevantes, encontram-se Cesar Callegari, com atuação no movimento Todos pela Educação, organização que articula setores empresariais na definição de agendas educacionais; Cleunice Matos Rehem, presidente da BRASILTEC e integrante do Fórum Brasil Educação, entidades voltadas à representação e fortalecimento do ensino



privado; Ilona Maria Lustosa Becskehazy Ferrão de Sousa, com trajetória na Fundação Lemann, uma das principais fundações empresariais que incidem sobre políticas públicas educacionais; Márcia Teixeira Sebastiani, que ocupa cargo de direção na Universidade Positivo, vinculada ao grupo privado Cruzeiro do Sul Educacional; Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva, que atuou na direção da Fundação SM Brasil, ligada ao mercado de materiais didáticos; Celso Niskier, com forte atuação na defesa institucional do ensino superior privado, à frente da ABMES e de outras organizações representativas do setor, além de ser reitor de instituição privada; Elizabeth Regina Nunes Guedes, com trajetória em universidades privadas e redes globais como a Laureate, além de atuação em associações de universidades particulares; Mariana Lúcia Agnese Costa e Rosa, com experiência em grandes empresas e em instituições privadas de formação executiva como a Fundação Dom Cabral; e Paulo Fossati, que representa a rede católica de educação, atuando como professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade La Salle desde 1994, tendo exercido os cargos de reitor (2010–2022) e vice-reitor (2006–2009) da instituição, conforme tabela 1:

Tabela 1:

Nome	Experiências profissionais	Fonte
Cesar Callegari	- Membro do Conselho de Governança do Movimento Todos pela Educação (que conta com um pedagogo e três licenciados em uma equipe de 51 pessoas), 2009 - 2021;	<a href="https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/composicao">https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/composicao</a>  <a href="https://cesarcallegari.com.br/curriculo/">https://cesarcallegari.com.br/curriculo/</a>  <a href="https://todospelaeducacao.org.br/equipe/">https://todospelaeducacao.org.br/equipe/</a>
Cleunice Matos Rehem	- Presidente da Associação Fórum Nacional das Mantenedoras de Instituições de EPT - BRASILTEC (atualmente), o qual “é uma Associação de direito privado sem fins lucrativos que reúne as Mantenedoras de Instituições privadas ofertantes de Educação Profissional e Tecnológica”; - Membro do Conselho Deliberativo de Presidentes do Fórum Brasil Educação, o qual tem “foco na valorização do ensino particular” e que “vem cumprindo seu papel representativo e segue atuante para promover o fortalecimento do setor e apoiar o desenvolvimento brasileiro”.	<a href="https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/composicao">https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/composicao</a>  <a href="http://lattes.cnpq.br/5019902459459848">http://lattes.cnpq.br/5019902459459848</a>  <a href="https://brasiltec.org/institucional/">https://brasiltec.org/institucional/</a>  <a href="https://forumbrasileducacao.org.br/forum/sobre-o-forum">https://forumbrasileducacao.org.br/forum/sobre-o-forum</a>
Ilona Maria Lustosa	- Diretora Executiva na Fundação Lemann, 2001 - 2011;	<a href="https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/composicao">https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/composicao</a>



Becskehaz y Ferrão de Sousa	- Instituto Social Maria Telles, 2000 - 2011.	<a href="http://lattes.cnpq.br/5985924296697171">http://lattes.cnpq.br/5985924296697171</a>
Márcia Teixeira Sebastiani	- Direção e administração do Centro de Educação à Distância na Universidade Positivo (faz parte do grupo Cruzeiro do Sul), 2010 - Atualmente.	<a href="https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/composicao">https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/composicao</a>  <a href="http://lattes.cnpq.br/3110101708437222">http://lattes.cnpq.br/3110101708437222</a>  <a href="https://www.up.edu.br/a-universidade-positivo/">https://www.up.edu.br/a-universidade-positivo/</a>  <a href="https://www.cruzeirodosuleducacional.com.br/">https://www.cruzeirodosuleducacional.com.br/</a>
Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva	- Diretora da Fundação SM Brasil, que deriva da SM Educacional, empresa de materiais didáticos, 2012 - 2020.	<a href="https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/composicao">https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/composicao</a>  <a href="https://fundacion-sm.org/pt-br/sobre-a-fundacao-sm/">https://fundacion-sm.org/pt-br/sobre-a-fundacao-sm/</a>  <a href="https://www.smeducacao.com.br/sobre-a-sm/">https://www.smeducacao.com.br/sobre-a-sm/</a>
Celso Niskier	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Diretor-presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior , que representa entidades mantenedoras de educação superior particular em todo o território nacional;</li> <li>- Secretário executivo do Brasil Educação - Fórum Brasileiro da Educação Particular, o qual tem como objetivo defender os interesses do ensino superior particular;</li> <li>- Presidente da MetaRedX Brasil, uma Rede Colaborativa de Unidades e Gabinetes de Empreendedorismo de Instituições de Ensino Superior Brasileiras, promovida pelo Universia e Santander Universidades;</li> <li>- Vice-presidente do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior do Rio de Janeiro;</li> <li>- Fundador e reitor do Centro Universitário UniCarioca, universidade privada.</li> </ul>	<a href="https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/composicao">https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/composicao</a>  <a href="https://abmes.org.br/o-que-e-a-abmes">https://abmes.org.br/o-que-e-a-abmes</a>  <a href="https://forumbrasileducacao.org.br/">https://forumbrasileducacao.org.br/</a>  <a href="https://www.metaredx.org.br/quem-somos-.html">https://www.metaredx.org.br/quem-somos-.html</a>  <a href="https://www.semerj.org.br/institucional/">https://www.semerj.org.br/institucional/</a>  <a href="https://unicarioca.edu.br/conheca/institucional/">https://unicarioca.edu.br/conheca/institucional/</a>  <a href="http://lattes.cnpq.br/4310855137768864">http://lattes.cnpq.br/4310855137768864</a>
Elizabeth Regina Nunes Guedes	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Diretora do De Meritis Consultoria Educacional;</li> <li>- Presidente e Vice Presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares (2013 - 2025);</li> <li>- Fundou e foi diretora do IBMEC-SP, focada no ensino superior;</li> </ul>	<a href="https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/composicao">https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/composicao</a>  <a href="https://pt.wikipedia.org/wiki/">https://pt.wikipedia.org/wiki/</a>



	- Cargos de coordenação, direção e consultoria nas Universidades Internacionais Laureate, uma rede global de instituições acadêmicas privadas (2006 - 2013)	<a href="#">Laureate International Universities</a>
Mariana Lúcia Agnese Costa e Rosa	- Atuou/atua em grandes empresas como Vale e Hotmart na área de comunicação; - Professora consultora em instituições privadas de educação, como a Fundação Dom Cabral, uma escola privada de negócios, com cursos de graduação e pós graduação;	<a href="https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/composicao">https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/composicao</a>  <a href="http://lattes.cnpq.br/6892646236896878">http://lattes.cnpq.br/6892646236896878</a>
Paulo Fossatti	- Professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade La Salle (desde 1994). - Reitor da Universidade La Salle (2010–2022) e Vice-Reitor (2006–2009).	<a href="https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/composicao">https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/composicao</a>  <a href="http://lattes.cnpq.br/5549397267187698">http://lattes.cnpq.br/5549397267187698</a>

As trajetórias desses sujeitos explicitam a articulação entre o setor público e interesses privados na formulação de políticas educacionais, visto que esses ocupam posições estratégicas em fundações empresariais, associações representativas do ensino privado, conglomerados educacionais ou instituições com forte inserção no mercado, o que os coloca em condição privilegiada de incidência sobre a agenda educacional. Além disso, destacam-se por exercerem ou terem exercido funções de direção, gestão ou liderança, ampliando seu poder de influência na definição de diretrizes e normativas.

Morgan (2022) afirma que esses agentes “compõem um movimento orgânico, atuando por meio de uma complexa rede social [...] que influencia e age sobre a educação pública em várias frentes: nas políticas, nas práticas e no consenso” (p. 1). Ou seja, trata-se de uma rede articulada que produz diagnósticos, propõe soluções e disputa os sentidos da educação pública. Além disso, os dados evidenciam a presença de perfis cuja formação não é originalmente na área da educação, mas em campos como gestão, direito ou economia, o que reforça a entrada de uma racionalidade gerencial na formulação das políticas. Assim, a formação docente passa a ser tratada a partir de critérios de eficiência, controle e desempenho, deslocando seu caráter político e pedagógico, como destacam Morgan e Mocarzel (2024)

“[...] é relevante atentar que o foco de formação dos sujeitos que dirigem o instituto não é a educação e que, portanto, as políticas planejadas e realizadas por eles tiveram a influência de um pensamento gerencial, presente em cursos de administração, engenharias, políticas públicas e relações internacionais.” ( Morgan; Mocarzel, 2024, p. 11)

Esse cenário também confirma a análise de Felipe (2025) sobre a reconfiguração das relações entre Estado e setor privado, pois, conforme autora, há “uma ação coordenada de atores públicos e privados, em que o Estado é, ao mesmo tempo, patrocinador do mercado e



por ele patrocinado” (p. 6). Portanto, a presença de agentes que transitam entre esses espaços e que participam diretamente da formulação de políticas públicas sem terem sido legitimados por processos democráticos amplos demonstra que o setor privado não atua somente no financiamento, mas no próprio desenho das políticas.

A própria noção de problema educacional e suas possíveis soluções passam a ser construídas a partir dessas redes, pois a atuação dessas organizações não se limita à ocupação de cargos, envolvendo também uma intervenção ativa e contínua na produção de conhecimento e na definição de agendas. Como aponta Morgan (2022, p. 3), essas entidades operam por meio de “realização de pesquisas, elaboração de projetos, [...] cursos de formação e participação em audiências públicas”, influenciando diretamente as políticas educacionais. Nesse sentido, a composição do CNE também expressa o avanço de processos de privatização que envolvem a incorporação de racionalidades, práticas e agentes privados no interior do Estado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises desenvolvidas ao longo deste estudo permitem entender a Resolução CNE/CP nº 04/2024 como expressão de um projeto político mais amplo, vinculado à racionalidade neoliberal. No que se refere à composição do Conselho, os dados analisados demonstram relevante presença de agentes com trajetórias vinculadas ao setor privado, a fundações empresariais e a organizações que historicamente atuam na definição de agendas educacionais. Como afirmam Morgan e Mocarzel (2024), a análise das relações estabelecidas entre diferentes atores, evidenciada por meio de conexões e estruturas como redes e agrupamentos, permite compreender a “sincronia do movimento que se coloca cada vez mais intenso e dinâmico na perspectiva da condução de uma articulação intencional entre os diferentes atores de modo a pautar a educação, sobretudo a pública, de acordo com seus interesses empresariais” (p. 18). De tal forma, pode-se entender que a articulação presente na composição do conselho é estruturante, não se tratando de uma coincidência.

No discurso normativo, a centralidade atribuída às competências, à prática e ao desempenho revela uma concepção de formação orientada por critérios de eficiência e produtividade, deslocando a docência de seu caráter político e crítico. Tal movimento está em consonância com a lógica descrita por Dardot e Laval (2016), segundo a qual o neoliberalismo busca produzir “sujeitos empreendedores” por meio de uma “reação em



cadeia” que amplia e reforça as relações de competição. Assim, temos professores permanentemente responsabilizados por sua própria formação e desempenho, submetidos a métricas e exigências contínuas de adaptação.

A crescente presença de organizações privadas na formulação de políticas públicas contribui para a diluição das fronteiras entre o público e o privado, pois, como aponta Morgan (2022), “as empresas têm propagado a ideia de que a elas também cabe contribuir para o desenvolvimento sustentável [...] evidenciando, ainda mais e de novas maneiras, a movediça fronteira entre as esferas pública e privada no contexto brasileiro” (p. 2). Essa reconfiguração está vinculada a “correlações de forças que se dão a partir da reconfiguração do capitalismo no cenário atual” (Morgan, 2022, p. 4), nas quais o Estado passa a operar em articulação com interesses empresariais.

A educação, portanto, deixa de ser concebida prioritariamente como direito social e passa a ser tratada como campo de investimento e gestão. Felipe (2022) sintetiza esse processo ao afirmar que “transformada em mercadoria, a educação se torna simultaneamente uma oportunidade de negócio e um instrumento de diretriz política e técnica” (p. 15). A formação docente, por sua vez, passa a ser orientada por uma lógica instrumental, voltada à aplicação de métodos e ao cumprimento de metas, em detrimento de uma formação crítica e emancipatória. Quando se desloca para o indivíduo a responsabilidade por sua qualificação, a política educacional fragiliza o papel do Estado e reforça desigualdades estruturais. A ênfase na formação continuada como obrigação individual desconsidera as condições concretas de trabalho docente e a necessidade de políticas públicas estruturantes. Como alerta Felipe (2022), “é preciso recolocar a formação continuada no centro da agenda educacional como um direito dos professores, e não como uma ferramenta de gestão para cumprimento de metas” (p. 19).

Diante disso, torna-se evidente que a Resolução analisada participa de um processo mais amplo de redefinição da educação. Conforme destaca Morgan (2022), “as políticas propostas [...] pressionam o deslocamento do sentido de educação enquanto direito universal e dever estatal” (p. 20), reforçando a urgência de disputas contra-hegemônicas no campo educacional. Reafirma-se, aqui, a importância de defender a educação pública como espaço de formação crítica e coletiva. Como argumentam Morgan e Mocarzel (2024, p. 18), “a alternativa à omissão do Estado não deve ser a privatização da agenda educacional [...] mas sim a reestruturação, de modo a atender aqueles que necessitam de uma educação de melhor qualidade”. Se faz mais necessário, portanto, tensionar tais diretrizes e recolocar o debate



sobre a formação de professores no campo da educação como direito social, e não como estratégia de regulação de mercado.

Como síntese desse processo, evidencia-se que a Resolução CNE/CP nº 04/2024 expressa uma correlação de forças já presente na própria composição do Conselho Nacional de Educação, convertendo interesses e racionalidades em diretrizes oficiais que incidem diretamente sobre o trabalho pedagógico. Assim, torna-se um dispositivo político que reorganiza a formação de professores segundo parâmetros alinhados à lógica neoliberal, reforçando a subordinação da educação às dinâmicas de mercado e esvaziando suas possibilidades críticas e emancipatórias.

## REFERÊNCIAS

Brasil. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Composição - Conselho Nacional de Educação**. Atualizado em 08 out. 2025, 17h45. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/composicao>. Acesso em: 01 abr. 2025.

\_\_\_\_\_. **Parecer CNE/CP nº 04, de 12 de abril de 2024**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissional do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, de formação pedagógica para graduados não licenciados e de segunda licenciatura).

Dardot, Pierre; Laval, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

Felipe, Eliana da Silva. **Privatização e filantropia na formação continuada de professores da educação básica: como pensa e atua a Associação Bem Comum**. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, 2025.

Gil, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, SP: Atlas, 2002.

Laval, Christian. **A escola não é uma empresa: neoliberalismo em ataque ao ensino público**. São Paulo: Boitempo, 2019, 326 p.

Morgan, Karine Vichiect. **A Fundação Itaú Social e a produção de conhecimento em educação**. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v. 38, p. 1-22, 2022.

Morgan, Karine Vichiect; Mocarzel, Marcelo. **Os Bancos Nos Bancos Da Escola: O Setor Bancário Na Educação Pública Brasileira**. Educação & Sociedade, V. 45, P. 1-23, 2024

Paulilo, Maria Angela Silveira. **A pesquisa qualitativa e a história de vida**. Serviço Social em Revista. Londrina, v.2, n. 2, p. 135-148, jul/dez.1999.

Severino, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007.





# VENLIC SUL

Encontro das Licenciaturas da Região Sul

V PIBID SUL | V Seminário do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência  
III ANFOPE SUL | Seminário da Associação Nacional pela Formação de Professores

